

## Iconografia e design: discussão sobre a viabilidade da incorporação de referentes arqueológicos à produção artesanal numa Amazônia globalizada

MARIA LUIZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO\*

GLAUCINEI RODRIGUES CORREA\*\*

**Resumo:** Este artigo discute a tentativa de articulação de uma identidade local, a partir da incorporação de elementos iconográficos no design da produção de um território. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, observação participativa e entrevistas semiestruturadas. A discussão teórica é aplicada a um estudo de caso, que diz respeito ao resgate dos referentes arqueológicos das civilizações pré-coloniais Maracá e Cunani no estado do Amapá. A primeira seção discute a apropriação do valor simbólico da Amazônia por parte de atores externos. A segunda seção apresenta um perfil da população atual na região, produto de fluxos e migrações. A terceira seção discute a validade da utilização de manuais de iconografia como suporte para a produção artesanal e relata a experiência amapaense, dentro de um contexto de tentativa de construção identitária. Como conclusão, destaca-se a difícil tarefa que é colocada para o design: fazer a mediação entre o mundo contemporâneo e as dinâmicas sociais que se estabelecem no espaço regional.

**Palavras-chave:** identidade, iconografia, design, artesanato, Amazônia.

**Abstract:** This paper discusses the incorporation of iconographic elements on handicraft design as a tool for revealing identities in traditional environments. The research was conducted through literature review, participant observation and semi-structured interviews. A theoretical discussion is applied to a case study, referring to the recovery of archaeological symbols, shapes and graphic elements from pre-colonial civilizations Maracá and Cunani, in the state of Amapá, Brazil. The first section discusses the appropriation of the symbolic value of the Amazon Region by external actors. The second section presents a profile of the current population in the area, resultant from migration flows. The third section discusses the validity of using iconography manuals as a support for handicraft production and describes the experience of Amapá, within the context of an attempt to build the territory's identity. As a conclusion, the difficult task that is presented to design is outlined: it must mediate the relation between the contemporary world and the social dynamics that are established in the regional space.

**Key words:** identity, iconography, design, crafts, Amazon.



\* **MARIA LUIZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** é Doutora em Ciências Sócio Ambientais pela Universidade Federal do Pará e Professora Adjunta do Departamento de Tecnologia - Escola de Arquitetura UFMG.



\*\* **GLAUCINEI RODRIGUES CORREA** é Mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura (UFMG) e Professor Assistente – Departamento de Tecnologia - Escola de Arquitetura UFMG.

## 1- Introdução: a configuração contemporânea de identidades na Amazônia

Na Amazônia, a tentativa de conciliação das orientações da produção artesanal baseadas no mercado com aquelas visando à sustentabilidade passa por uma abordagem de construção de valor que coloca o mercado e o território como dois pólos de uma mesma dinâmica: neste sentido, vislumbra-se um campo dentro do qual a busca de benefícios econômicos pode ser complementar aos esforços de preservação do meio ambiente e de estruturação social e cultural; a articulação deste campo demanda, entretanto, a compreensão das dinâmicas e processos emergentes na região.

Fazem parte destes processos as políticas e ações orquestradas para a preservação das tradições locais, da arte e do artesanato. Porém, elas muitas vezes levam a uma apropriação dos conhecimentos, símbolos, e técnicas tradicionais por parte de agentes externos, que os reproduzem de forma descontextualizada. Este problema levanta debates não só quanto à validade de uma produção pastiche, mas também quanto a uma questão ética: destaca-se a desvalorização do processo secular de produção dos valores das populações tradicionais as quais, a partir da inserção destes valores nos mercados por terceiros, são deles destituídos.

A reprodução descontextualizada de formas e imagens da cultura amazônica é, assim, um problema que tem sido recorrente, derivado de uma preocupação mais ampla com a sustentabilidade: esta preocupação, embora focada na preservação de condições necessárias para a sobrevivência das futuras gerações, tem colateralmente aberto espaço para uma

exploração econômica do valor ecológico implícito no próprio nome da região e em suas referências.

A apropriação deste valor simbólico é objeto das estratégias mercadológicas de produtores do mundo inteiro, que procuram a ele se associar por meio de referências de marca, de referências iconográficas, da utilização de determinados materiais. O processo ocorre também muitas vezes de forma indébita dentro da própria Amazônia, povoada por imigrantes recentes que não compartilham a cultura local, mas procuram tirar dela o seu sustento: ele é reflexo de alterações profundas no perfil populacional regional que, nos últimos anos, têm se delineado com intensidade crescente, em consequência das fortes migrações intra e inter-regionais.

Os habitantes da Região Norte do Brasil, hoje, têm origem extremamente heterogênea, o que relativiza a importância de tradições anteriormente significativas e eventuais raízes históricas compartilhadas, enquanto base para tentativas de reestruturação cultural. Estados como o Amapá e Roraima, por exemplo, têm atuado como fortes pólos de atração de população e grande parte de seus habitantes reside na região há no máximo três décadas. Apesar deste contingente de recém-chegados trazer, em alguns casos, habilidades e o domínio de técnicas artesanais, possibilitando uma renovação da produção local, na maioria das vezes, ao contrário, ele não tem qualquer qualificação: indivíduos sem treinamento aventuram-se no artesanato ou em atividades como a marcenaria, por uma questão de mera sobrevivência.

Existem, assim, duas realidades aparentemente opostas – por um lado, populações antigas, cujas tradições artesanais são usurpadas, geram uma

produção pastiche; por outro, novos habitantes, sem o suporte de uma tradição, articulam uma produção precária. Trata-se, na verdade, de duas perspectivas de um mesmo problema: a complexidade da configuração contemporânea das identidades locais.

## **2- Populações não tradicionais na Amazônia: o produto de fluxos e migrações**

Os fluxos de migração geralmente se orientam em busca do desenvolvimento, que tem um forte poder de atração para populações financeira e socialmente carentes: entretanto, ao mesmo tempo em que os contingentes de imigrantes têm o potencial de contribuir para este desenvolvimento, suprimindo a demanda de mão de obra e capital humano, eles geram pressões sociais, políticas e ambientais, que podem ter efeitos nocivos à sustentabilidade (BAENINGER, 2005).

Alguns dos estados na Amazônia, com destaque para o Amapá e Roraima, colocam-se como polos receptores de uma migração intrarregional, caracterizada pela pobreza e falta de qualificação enquanto mão de obra.

Apesar de o Amapá ter pequena expressão relativa no cômputo da região, o incremento da imigração neste estado foi bastante expressivo entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, chegando a 80% (passando de 23.600 a 42.700 imigrantes). A imigração proveniente de outras regiões apresentou crescimento relativo considerável, tendo praticamente duplicado (de 5300 a 10700 imigrantes), mas foi o crescimento do número de imigrantes oriundos da própria região Norte o que mais contribuiu para o crescimento total (de 18300 a 32000 imigrantes) (MOURA, MOREIRA,

2001). Embora ao longo da década de 2000, a intensidade da imigração tenha diminuído (32.525 imigrantes em 2004 e apenas 19.987 em 2009) (IBGE, 2004/2009), a quantidade de imigrantes acumulada nas últimas décadas tem grande expressão na população do estado. A maioria destes imigrantes é representada por populações desassistidas que se dirigem à capital Macapá em busca dos benefícios propiciados pela infraestrutura social, inexistente em seu local de origem (MOURA, MOREIRA, 2001). A instalação desta população tem ocorrido de forma desorganizada, levando a problemas tais como a ocupação desordenada da cidade, a falta de controle do uso do solo e a insuficiência da infraestrutura urbana, incluindo, entre outros, as questões viária e sanitária e os equipamentos públicos. Além disso, as migrações sempre geram um rompimento de redes sociais, com a mudança forçada de hábitos e dispersão geográfica, gerando problemas de integração cultural.

Numa tentativa de reorganização socioeconômica e cultural do território, muitos recursos e esforços têm sido despendidos por parte de instituições que buscam a sustentabilidade. Entre estes esforços, destaca-se o resgate de tradições artesanais indígenas ou mesmo de civilizações mais antigas, por meio da utilização do legado iconográfico contido em seus artefatos no design de produtos (SEBRAE, 2006).

Embora alguns autores – Jollant-Kneebone (2003), por exemplo – vinculem o design exclusivamente à produção industrial, as políticas públicas regionais têm adotado um conceito mais amplo do termo, considerando-o como uma forma de concepção, independente dos meios de

produção pelos quais ele se materializa (BRANZI, 2003). A sua inserção no âmbito do artesanato na Amazônia, ou em regiões menos industrializadas, abre oportunidades para a aplicação de políticas públicas e metodologias que estimulam e aprimoram a produção, colocando em pauta tendências sociais emergentes e possibilitando uma busca coerente do desenvolvimento sustentável (CASTRO, 2009): ao mesmo tempo em que iniciativas de utilização da iconografia no design procuram configurar uma identidade que estabeleça laços entre os habitantes locais e contribua para a estruturação social, elas visam a exploração das características distintivas do território. O design constitui, assim, um importante fator na construção de uma identidade própria e na afirmação das diferenças, permitindo que os produtos sejam facilmente identificáveis dentre os dos concorrentes (LASTRES et al. 1996).

Entretanto, nem sempre as tentativas de se utilizar o legado iconográfico de povos tradicionais resultam em produtos coerentes. Dorfles (1991) adverte quanto à produção de peças que sejam meros reflexos de obras do passado – em vez de apresentarem “novas formulações conformes com o espírito da época” (p.22.); segundo ele, as abordagens baseadas na mera reprodução do passado estão fadadas a vegetar como um eco “de experiências já em desuso e destinadas dentro em breve a desaparecer definitivamente” (p. 22).

Frampton (1983) destaca a importância de se fazer a distinção entre uma abordagem cultural dialética que procura desconstruir o moderno “a partir de imagens e valores localmente cultivados” e “sublimação do desejo de uma experiência imediata pela prestação

de informações”, cujo objetivo é “alcançar da forma mais econômica possível um nível idealizado de gratificação em termos comportamentais” – uma “tendência demagógica do populismo”. (p. 506)

Este risco é recorrente quando os protagonistas das atividades promovidas pelas instituições regionais - produtores de móveis ou de pequenos artefatos - não compartilham as raízes culturais ou étnicas do território, e quando os articuladores das políticas públicas têm como foco principal a autopromoção. Neste caso, elementos das culturas tradicionais locais, tais como símbolos, lendas, imagens e ritos acabam por ser incorporados a produtos pastiche, fazendo com que a validade cultural da produção seja colocada em questão. Experiências ocorridas no Amapá concorrem para a demonstração de que a identidade precisa ser construída sobre uma base que reflita as tendências emergentes – que muitas vezes não incorporam a história ou a tradição.

### **3- Iconografia: viabilidade de uma identidade construída a partir de “referentes arqueológicos embalsamados”**

Tanto os componentes tangíveis de uma possível diferenciação da produção artesanal amapaense – materiais e matérias primas - quanto os intangíveis – símbolos e imagens ou a própria alusão à floresta – encontram-se diluídos em produtos pouco significativos e geograficamente dispersos. Instituições que operam no estado têm procurado “resgatar” uma identidade local por meio da promoção de políticas sociais, econômicas e culturais, sem grande sucesso, muitas vezes, pelo fato de haver uma compreensão equivocada do que seja uma “identidade” e das formas pelas quais ela pode se manifestar.

Na Região Norte do Brasil, a organização de manuais de iconografia tem sido frequente como estratégia para o design; ela é, em geral, patrocinada por instituições que buscam preservar a cultura e ao mesmo tempo retomar formas, imagens e desenhos tradicionais, incentivando novos atores a destes se apropriar, criando uma identidade para sua produção. Os levantamentos iconográficos são, assim, adotados como referência para trabalhos artesanais - e em paralelo ocorre também a contratação de consultores em design para o desenvolvimento dos produtos, visando além da construção de uma identidade, uma melhor qualidade técnica e exploração das potencialidades dos materiais disponíveis.

Alguns destes levantamentos são bastante inclusivos: aquele realizado no estado de Roraima (SEBRAE RR, 2004), por exemplo, inclui não somente elementos históricos, mas também contemporâneos, tais como arte, arquitetura, paisagem, flora, fauna, atividades de rotina, etc. Entretanto, a busca de uma identidade a partir de valores tais como memória coletiva, ou “pertencimento a culturas étnicas, racionais, linguísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais” (HALL, 2006, p. 8), em contextos em que a globalização os tornou relativos e enfraquecidos, pode levar a uma manipulação de características e requisitos simbólicos e fazer emergir ‘tradições inventadas’ (HOBSBAWN e RANGER apud ONO, 2006 p.14), folclorizadas, simplificando a grande complexidade cultural das sociedades e legitimando “determinados valores e ações que nem sempre são legitimáveis” (ONO, 2006, p. 13). Desta forma, ao se apropriar de uma iconografia para desenvolver um novo produto, o designer deverá levar em conta o significado que lhe era atribuído

pela sociedade tradicional e a possibilidade da sua inserção dentro de contextos contemporâneos: o risco que ele corre é o de profanar significados identitários ou religiosos de tal sociedade (PINHEIRO et al. 2007), ou ainda criar objetos desprovidos de conteúdo simbólico.

A tentativa de “resgate” do legado das civilizações pré-coloniais Maracá e Cunani, no Amapá, constitui um exemplo interessante de ação visando a construção de valor simbólico da cultura amapaense. Como resultado de um trabalho iniciado em 2003, envolvendo arqueólogos e técnicos do Museu Caetano da Silva e, mais tarde (2006), uma consultoria de design contratada pelo SEBRAE a uma equipe de fora do estado, foi elaborado um manual de levantamento e utilização da iconografia destas civilizações. O seu lançamento ocorreu em 2006 e procurou trazer, por meio do conhecimento, um novo elemento para a composição da identidade local. O objetivo do “resgate iconográfico” foi “favorecer o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e expressivas junto aos artesãos amapaenses” (SEBRAE, 2006, p. 8).

A divulgação foi ampla e envolveu o lançamento do manual “O legado das civilizações Maracá e Cunani”, bem como a realização de oficinas de design visando a produção de artesanato utilizando os elementos iconográficos. Foram, para tanto, contratados três designers de outros estados, que trabalharam respectivamente com pequenos objetos em madeira, cerâmica, e adornos com sementes, baseando-se no repertório iconográfico levantado. O lançamento do manual e das coleções desenvolvidas nas oficinas, seguido de uma exposição, ocorreu em um local símbolo da cidade, a Fortaleza de São

José de Macapá, em grande evento, incluindo a participação de políticos e desfile de produtos. As coleções foram levadas a diversas outras exposições nos meses seguintes, em locais de prestígio, incluindo universidades, feiras e museus. Em seguida, foi publicado um catálogo desta produção (SEBRAE, 2007).

Transcorridos os eventos de divulgação patrocinados pelas instituições, as peças das coleções continuaram a ser produzidas e vendidas na Casa do Artesão e feiras locais. Entretanto, a rápida descaracterização desta produção evidenciou a superficialidade com que os conceitos tinham sido incorporados. Os artesãos e moveleiros locais continuaram a reproduzir as formas da iconografia que lhes fora apresentada sem, no entanto, assimilar seus significados ou sem, a partir delas, construir novos sentidos: assim, por exemplo, verificou-se a substituição da madeira recortada, prevista pelos designers para determinados detalhes, por chapa dura de fibra ou mesmo plástico - ou a substituição de trabalhos de pirogravura por autocolantes plásticos fixados às peças.

Em 2007, a estratégia de construção do valor simbólico da iconografia teve sequência, com a criação de uma “Casa da Amapalidade”, versão regional da Casa Cor<sup>1</sup>, durante uma importante feira de exposição da produção local: com 215 m<sup>2</sup>, a Casa da Amapalidade foi construída para abrigar peças de artesanato, artes plásticas, móveis e decoração, destacando a cultura amapaense, com ênfase na iconografia

<sup>1</sup> Casa Cor: exposição de arquitetura e decoração que ocorre anualmente nas grandes capitais brasileiras, na qual profissionais do ramo são convidados a decorar um dos cômodos do edifício sede do evento, que é diferente a cada ano.

das civilizações Maracá e Cunani. Para viabilizar uma produção coerente, foram realizadas, durante três meses, cerca de quinze oficinas para artesãos, moveleiros e artistas plásticos, com o objetivo de transmitir-lhes o conceito que deveria caracterizar as peças: o sentimento de “amapalidade”. Optou-se, nesta ocasião, pela criação de uma nova linha de produtos, contratada a um designer de fora do estado, com a exploração de cores, texturas e formas destacadas no manual de utilização da iconografia.

Esta “coleção” – um total de vinte e uma peças – sofreu, entretanto, as consequências de vários problemas operacionais ocorridos ao longo de sua elaboração – prazos excessivamente curtos para projetos e execução, dificuldades de execução, contexto produtivo inadequado, entre outros. Porém, o ponto de questionamento principal refere-se à tentativa de construção de uma identidade a partir de valores tais como o “resgate” das civilizações Maracá e Cunani, que fazem parte da memória coletiva regional, com o emprego das referências visuais “como mero exercício estético”, contrariamente ao que estava prescrito no próprio manual (SEBRAE, 2006, p. 8). As tentativas de utilizar a iconografia ocorreram de uma forma bastante explícita – como, por exemplo, por meio da estampa de motivos arqueológicos nos móveis, ou da reprodução das formas levantadas no manual, em projetos de móveis sem qualquer preocupação ergonômica. Os móveis da coleção não foram comercializados e nem tiveram estímulo institucional para tal.

Desta forma, pôde-se constatar que, embora o foco institucional no legado das culturas Maracá e Cunani tenha partido da busca de uma característica

distintiva, ele falhou nesta tentativa por não se colocar como expressão da contemporaneidade, talvez pelo fato de ter se apoiado em um sentimento de “amapalidade” ensinado em oficinas e explicado em manuais, que não refletia as tendências sociais emergentes do território.

Segundo Canclini (1995), “a globalização diminuiu a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas” (p. 48), questionando a visão que colocava a identidade como uma espécie de nacionalidade, restrita a um território onde língua, objetos, costumes constituíam os fatores de identidade compartilhados e de diferenciação com os demais.

Assim, a utilização da iconografia acabou se colocando como tentativa mal sucedida de “resgatar as referências artístico-culturais” (SEBRAE, 2007, p.8), um processo cuja legitimação é questionável enquanto direcionamento para o design, uma vez que apoiado numa tradição embalsamada “pelo folclore em um estágio tradicional” (CANCLINI, 1995, p. 145).

Adicionalmente, o destaque dado a articuladores externos contribuiu para o desenraizamento da iniciativa: por um lado, os designers não compartilhavam da história local, por mais que tenham procurado respeitá-la; por outro, sua intervenção teve apenas o potencial de levar a resultados pontuais, uma vez que uma eventual continuidade do trabalho iniciado não era prevista e que a sua contratação como criadores não contribuiu expressivamente para a formação de competências locais em design: no contexto da produção tradicional, que apresenta baixas barreiras de entrada, o valor do design diferenciado de uma peça acaba sendo

reduzido, tendo em vista a facilidade de imitação. O verdadeiro valor reside, portanto, na existência da capacidade local de se criar sempre novas peças com design diferenciado, uma competência cujo desenvolvimento deveria ser o alvo principal das políticas locais. Conforme argumenta Corrêa (2007), é importante respeitar: mostrar possíveis caminhos e deixar que o artesão faça a sua própria escolha e jamais, escolher/fazer por ele.

#### **4- A identidade como construção imaginária que se narra**

A organização de repertórios iconográficos é de grande importância histórica e tem seu lugar destacado enquanto procedimento de registro arqueológico. A sua utilização como ponto de partida para o design de móveis ou artesanato contemporâneo em um contexto no qual os atores não compartilham desta história é, entretanto, um procedimento pouco criterioso, que tem poucas possibilidades de ser bem sucedido.

Governos e instituições procuram muitas vezes utilizar elementos de um passado glorioso como instrumento de marketing e autopromoção – mas, se os valores dos quais procuram se apropriar não encontram um substrato sólido a partir do qual possam ser reproduzidos, é provável que os resultados desta tentativa de criar valor simbólico para a produção local acabe, ao contrário, por levar a seu descrédito.

É inevitável que a produção de um território tenha componentes comunicacionais e políticos, uma vez que estes são essenciais para a busca articulada do desenvolvimento sustentável; é possível que ela tenha componentes folclóricos e artísticos, desde que estes sejam reflexo cultural, e não invenção imposta; mas o essencial é

que haja componentes sociais, expressão das relações entre os atores locais, o espaço em suas múltiplas dimensões e o mundo contemporâneo. Fazer esta mediação e encontrar maneiras de narrar toda esta complexidade nos objetos criados é a difícil tarefa que o design enfrenta, quando inserido nos territórios e em busca de sentidos.

Na Amazônia, a produção artesanal deverá falar do respeito aos saberes e riquezas locais, empregando um vocabulário contemporâneo – para resolver o paradoxo que existe na tentativa de se preservar a tradição que surgiu no contexto de uma sociedade que não mais existe (CASTRO, XIMENES, 2006).

As metodologias de design podem, efetivamente, levar a uma aceleração do processo de criação de artefatos significativos, por meio de determinadas escolhas conceituais, desde que elas sejam consistentes com a realidade produtiva e que considerem a fertilização recíproca entre uma cultura de raízes locais e uma civilização universal (RICOEUR, apud FRAMPTON, 1983). Assim, o design amazônico deverá partir da compreensão das múltiplas identidades locais, da procura de raízes antropológicas das estruturas sociais do território e da seleção de elementos distintivos que possam ajudar na construção de uma narrativa, dentro do contexto contemporâneo. Este é um processo que compreende a cultura não como “uma ciência experimental ou observacional, em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados” (GEERTZ, 1973, p.15).

## Referências

- BAENINGER, R. Tendências das migrações internas no Brasil. **Ciência Hoje**, Vol. 37, 2005, p. 35-39.
- BRANZI, A. Une écologie de l'univers artificiel. In: JOLLANT-KNEEBONE, F. (Org.). **La Critique em design: contribution à une anthologie**. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon. p. 127-146. 2003.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos – conflitos multi-culturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1999.
- CASTRO, M. L. A. C.. Entre arte e indústria: o artesanato em suas articulações com o design. **Espaço Acadêmico**, nov. 2009. n. 102. p. 89-96. 2009.
- CASTRO, M.L.; XIMENES, T. Design e inovação na Amazônia Brasileira. **Amazônia: Ciência & desenvolvimento**, Belém, v.2, n. 3 jul./dez. 2006. p. 39-55. 2006.
- CORRÊA, G. R. Acre: artesanato e design. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 8. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação de Ensino e Pesquisa de Nível Superior de Design do Brasil -AEND, 2008.p. 705-719
- DORFLES, G. **O design industrial e a sua estética**. Lisboa: Editorial Presença Lda. 1991.
- FRAMPTON, K. Perspectivas para um regionalismo crítico. In: NESBITT, K. (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify. p. 504-519 . 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2004/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 09/12/2011
- JOLLANT-KNEEBONE, F. Design: état des lieux, Genius loci. In: \_\_\_\_ (Org.). **La Critique em design: contribution à une anthologie**. Nîmes: Jacqueline Chambon. p. 203-210. 2003.
- LASTRES, H. M. M. et al. **Design para a competitividade: recomendações para a política industrial no Brasil**. Relatório síntese. Rio de Janeiro: CNI/DAMP/Núcleo de Design. 1996.
- MOURA, H. A.; MOREIRA, M. M. A. **População da região Norte: processos de**

ocupação e de urbanização recentes. Manaus: FJN, Texto FJN nº 112. 2001.

ONO, M. **Design e Cultura**: sintonia essencial. Curitiba: edição da autora. 2006.

PINHEIRO, A.S. F. et al. A proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais na Amazônia: pesquisa, inovação e desenvolvimento: há parceria possível? In: BARROS, B. S; et al (Org.) **Proteção aos**

**conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém Museu Paraense Emílio Goeldi. 2007.

SEBRAE RR. **Elementos da iconografia de Roraima**. Vol.01. Roraima:SEBRAE. 2004.

SEBRAE. **Mãos do Amapá**: identidade Maracá Cunani. Macapá: SEBRAE. 2007.

SEBRAE. **O legado das civilizações Maracá e Cunani**: o Amapá revelando sua identidade. Macapá: SEBRAE. 2006.